

EXCLUSÃO DIGITAL NA AMAZÔNIA E SEUS IMPACTOS NA ORDEM GLOBAL

Brychtn Ribeiro de Vasconcelos¹

RESUMO

O artigo discute o atual cenário da exclusão digital na Amazônia, explanando sobre os impactos na ordem global e as consequências na ordem social, política e cultural. Como aporte metodológico utilizou-se o método de abordagem dedutivo, propiciando uma visão ampla acerca das TICs e suas implicações, já quanto ao método de procedimento utilizou-se da análise quali-quantitativa para mapear a situação da exclusão digital no Norte do Brasil.

Palavras-chave: Tecnologias; Sociedade digital; Internet; Exclusão Digital.

DIGITAL EXCLUSION IN AMAZON AND ITS IMPACTS ON THE GLOBAL ORDER

ABSTRACT

The article discusses the current scenario of digital society, explaining about the digitally excluded and the consequences on social, political and cultural order. The deductive approach method was used, providing a broad view on ICTs and its implications. The methodological procedure used the qualitative and quantitative analysis to map the situation of digital exclusion in Northern Brazil.

Keywords: Technologies; Digital society; Internet; Digital exclusion.

INTRODUÇÃO

As variáveis socioeconômicas entre as regiões do Brasil são um dos fatores que atuam nas disparidades das demandas tecnológicas e virtuais, as quais passam a compor o cenário de exclusão digital.

¹ Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados, mestre em Desenvolvimento Local (Sistemas Produtivos, Inovação, Governança) pela Universidade Católica Dom Bosco (2012), graduação em Geografia pela mesma universidade (2008) e em Direito pela Anhanguera-Uniderp (2018). É Professor na Universidade do Estado do Amazonas.

De acordo com os dados do IBGE (2015):

A Amazônia é a região compreendida pela bacia do rio Amazonas, a mais extensa do planeta, formada por 25.000 km de rios navegáveis, em cerca de 6.900.000 km², dos quais aproximadamente 3.800.000 km² estão no Brasil. Já a Amazônia Legal, estabelecida no artigo 2 da lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás. Ela representa 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios [...].

Com o advento da Revolução Industrial, muitas modificações ocorreram em todas as regiões do Brasil, sobretudo nas terras amazônicas, visto que o extrativismo e, em especial, a descoberta da vulcanização da borracha, a partir do látex, propiciaram o cenário ideal para o fluxo migratório na região.

Ratificando Barros et al. (2016: 668):

No fim do século XIX, com o advento da Revolução Industrial, muitas fábricas passaram a operar nas terras amazônicas. Desse modo, a Inglaterra demonstrou interesse pela floresta e lá encontrou a mais importante matéria-prima extraída dos seus seringais, a borracha. Tal extração ficou conhecida como a época do Ouro Negro, tendo em vista as oportunidades de trabalho, que levou cerca de trezentos mil nordestinos para aquela região, bem como homens vindos das mais diversas partes do mundo.

Na Segunda Guerra Mundial, a região voltou a ser intensamente explorada quanto à produção de borracha para as tropas e equipamentos dos Aliados (Loureiro, 2002).

Surgem assim os primeiros “povos da floresta”, que apesar de dividir seu território com outras nacionalidades, foram os pioneiros no processo de colonização da Amazônia, motivados pelas terras férteis e riquezas extrativas que tornavam aquele território um ambiente ecologicamente sustentável para os seus habitantes (Barros et al., 2016).

As populações contemporâneas da Amazônia são compostas de grupos sociais urbanos e rurais heterogêneos do ponto de vista da situação econômica;

de sociedades e comunidades indígenas de distintos e diversos modos de adaptação e articulação histórico-cultural; de grupos isolados remanescentes de fricção interétnicas e de arranjos próprios de sobrevivência com a sociedade nacional; e, ainda, de grupos e contingentes populacionais deslocados pra a região por mecanismos governamentais ou promovidos por fluxos de exploração econômica ou reajustes institucionais na Amazônia (Freitas, 2009: 23-24).

Como visto, apesar da grande superfície ocupada pela Amazônia – que representa 60% da superfície do Brasil – seus indicadores socioeconômicos são bem menores. O PIB não passa de 5%, reunindo apenas 10% da população urbana e 12% da população total (Théry, 2005). Segundo dados do IBGE (2015), os Estados do Amazonas e Roraima apresentam as menores densidades demográficas (hab./km²), com 2,23 e 2,01, respectivamente. Outro dado importante é sobre a educação e o percentual de pessoas alfabetizadas na região. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua) em 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 14 anos ou mais de idade na região Norte foi estimada em 5,7% (IBGE, 2019).

Todos esses fatores acarretam em impactos diretos sobre a disseminação e avanço das novas TICs e Internet na região. O relatório da pesquisa realizada pelo Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e da comunicação (CETIC, 2017) revelou que apenas 50% da região Norte tem acesso à Internet. Conforme os dados do CGI (2018) entre os domicílios sem acesso a Internet na região Norte, o principal motivo para a falta de internet foi o custo elevado do serviço (71%). A maior preocupação apontada pelo NIC.br está no acesso à Internet em escolas rurais, que no Norte é de apenas 14%.

Historicamente o norte do país é a região que menos possui cobertura de telecomunicações, leia-se serviço de telefonia fixa, celular, fibra óptica e acesso a internet. A deficiência deve-se ao fato de alto custo tecnológico de investimentos para a consolidação do setor na região. Argumento este apresentado, sobretudo, pelas empresas privadas de telecomunicações que atuam na Amazônia com a autorização do governo federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (Fonseca, 2012: 8-9).

Essa clara exclusão digital impede as populações da Amazônia de ampliarem seu conhecimento, seja ele tecnológico ou não, refletindo em prejuízos de ordem global, pois induz sobre o sistema econômico, social e cultural, além dos aspectos relacionados aos direitos humanos.

No século XXI, o acesso à informação e ao conhecimento tem se tornado deliberativo para o desenvolvimento global, incluindo indivíduos, comunidades e nações (McNamara, 2000). A adoção das TICs abre novas possibilidades para países em desenvolvimento devido à possibilidade de absorverem experiências já testadas, reduzindo custos e aumentando a produtividade (Lopes, 2007).

Nesse sentido, Moura (2012) explana que a democratização das tecnologias digitais deve completar as inter-relações que coexistem em cada região, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos atores envolvidos e os deslocamentos atuais do conceito de inclusão digital.

Barros et al. (2016) aborda que a inclusão digital sob a ótica da Amazônia demanda enfoques que excedem a instalação da rede mundial de computadores e acesso à Internet, mas propõe-se ainda, respeitar e proteger física, geográfica e materialmente os valores e os direitos da população em defesa dos seus ideais.

Moura (2012: 68) esclarece que “negligenciar a inclusão de comunidades tradicionais da Amazônia ao acesso às TICs é destituí-las de sua condição de sujeitos, aprofundando a desigualdade, impedindo que atores sociais se estruturem e se organizem originando novas formas de resistências coletivas contra a opressão”.

As principais frentes de políticas públicas, no contexto tecnológico, que visavam à inclusão, ocorreram a partir de 2010. O Governo Federal lançou o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), criado pelo decreto n.º 7.175/2010, com objetivo de massificar o acesso à Internet em banda larga no país, com meta de atingir 40 milhões de domicílios até o ano de 2014. No entanto de acordo com Anatel, após seis anos o programa foi encerrado com o fim da vigência dos termos de compromissos assinados com as operadoras. Na prática, houve uma grande disparidade na área de cobertura. O programa beneficiou principalmente os estados com maior acesso e infraestrutura fixa (Rio de Janeiro e São Paulo), enquanto a região Norte teve menor quantidade de atendimentos.

Em 2015, os Ministérios da Defesa, Comunicação e Ciência, Tecnologia e Inovação, deram início ao Programa Amazônia Conectada, amparada pela Portaria Interministerial n.º 586/2015. Esse projeto visa expandir a infraestrutura de

comunicações e contribuir com a conectividade na região. Porém entre os anos de 2017 e 2018 ainda se discutiam novas diretrizes de condução para implementação do projeto.

Nesse contexto é possível notar que a exclusão digital na Amazônia está longe de sua erradicação e que existe ainda um grande caminho a ser percorrido. A inclusão digital, antes vista como modismo, hoje precisa ser implementada como algo emancipador para os povos da região Amazônica, no sentido de formar cidadão capazes de produzir e usufruir de bens culturais, sociais e econômicos (Moura, 2012).

Sendo assim, é necessário fomentar a universalização dos serviços digitais, ou seja, conceber soluções e promover ações que envolvam desde a ampliação e melhoria da infraestrutura de acesso até a formação do cidadão, para que este possa utilizar todos os serviços disponíveis pela sociedade digital (Gomes, 2002).

É claro que os ganhos de desenvolvimento inclusivo da economia digital não serão alcançados automaticamente pela simples expansão do acesso à conectividade de banda larga a preços acessíveis. No contexto atual, serão necessárias intervenções do governo em várias áreas de políticas relacionadas à digitalização para garantir resultados que possam apoiar os esforços e alcançar as metas de desenvolvimento sustentável (UNCTAD, 2019).

É importante fortalecer as capacidades dos países em desenvolvimento para se envolver e tirar proveito dos avanços da era digital. O escopo para criação e captura de valor em uma economia é significativamente aprimorado se os atores estatais e não estatais tiverem os recursos, habilidades e conscientização necessárias para transformar as oportunidades digitais em maior competitividade. Além disso, quanto maior for a democratização no acesso as TICs, maiores são as chances de repercussões positivas da introdução e adoção de tecnologias digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, já está claro que a era digital teve e continuará a ter impactos transformadores globalmente na maneira como vivemos, trabalhamos e desenvolvemos nossas sociedades e nossas economias. Aproveitar o grande poder das TICs pode ser uma das chaves para o sucesso, inclusive abrindo novos caminhos.

Ao mesmo tempo, sabemos que grande parte do mundo em desenvolvimento permanece desconectada da Internet e muitas pessoas não têm acesso as TICs. Essa clara exclusão digital impede as populações de ampliarem seu conhecimento refletindo

em prejuízos de ordem global, pois induz sobre o sistema socioeconômico, cultural, ambiental e aos direitos humanos.

A elaboração de políticas públicas, que amplie o acesso dos cidadãos aos meios digitais é extremamente necessária para reduzir as lacunas da exclusão digital. Além disso, como o aumento da dependência de tecnologias digitais, que certamente influenciará a maioria dos setores e cadeias de valores globais, é essencial um planejamento contínuo de ampliação e democratização das TICs.

REFERÊNCIAS

- Barros, Bruno Mello Corrêa et al. (2016). As tecnologias informacionais e os excluídos digitais da Amazônia: o papel da jurisdição na consecução de direitos. *Revista Jurídica Cesumar*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 657-682.
- Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação. CETIC. (2017). *TIC domicílios*, 2017. Disponível em <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2017_coletiva_de_imprensa.pdf>. Acesso em 20 nov. 2019.
- Comitê Gestor de Internet no Brasil. CGI. (2018). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios - Indicadores*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em <<https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores>> Acesso em 26 nov. 2019.
- Comitê Gestor de Internet no Brasil. CGI. (2019). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em <<https://cetic.br/pesquisa/domicilios/publicacoes>> Acesso em 26 nov. 2019.
- Fonseca, Luca Milhomens. (2012). Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta. *Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs*. Disponível em <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt01-2/7828-ciberativismo-na-amazonia-apontamentos-sobre-os-desafios-da-militancia-digital-na-floresta/file>> Acesso em 18 nov. 2019
- Freitas, Marilene Côrrea da Silva. (2009). Políticas públicas, territórios, populações tradicionais e ambiente na Amazônia. In: Oliveira, José Admir & Scherer, Elenice (Org.). *Amazônia: territórios, povos tradicionais e ambiente*. Manaus: Adua, 2009, p. 23-24.

- Gomes, Elisabeth. (2002). Exclusão digital: um problema tecnológico ou social? *Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. especial, p. 1-8.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2015). *Mapa integrado dos zoneamentos ecológico-econômicos dos estados da Amazônia Legal*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc5.shtm>. Acesso em 21 nov. 2019.
- Lopes, Cristiano Aguiar. (2007). Exclusão Digital e a Política de Inclusão Digital no Brasil – o que temos feito? *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, São Cristóvão, vol. IX, n. 2, p. 1-6.
- Loureiro, Violeta Refkalefsky. (2006). Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121.
- McNamara, Kerry S. (2000). *Why be Wired? The Importance of Access to Information and Communication Technologies*. TechKnowLogia: Knowledge Enterprise, Inc.
- Moura, Ricardo Damasceno. (2012). Múltiplos saberes da diversidade em rede: conexões interculturais no debate da inclusão digital. *Inclusão Social*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 62-72.
- Théry, Hervé. (2005). Situações da Amazônia no Brasil e no continente. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 37-49.
- United Nations Conference on Trade and Development. (UNCTAD). (2019). *Digital Economy Report. Value creation and capture: implications for developing countries*. New York: United Nations Publications.